

A política monetária no divã

Ana Elisa Bacha Lamounier (*)

“A economia só resolve um problema antigo criando dois novos”
(Paul Samuelson)

Muitos países desenvolvidos ainda lutam para normalizar suas políticas monetárias, cujos juros em muitos lugares estão próximos à zero, ou mesmo negativos. E apesar dos juros baixos o crescimento da economia também é baixo, muitas vezes próximo à zero, se constituindo num grande problema, uma vez que baixo desempenho econômico significa menor oferta de emprego, um dos principais dramas do mundo moderno.

Reduzir ainda mais os juros não fará diferença alguma para a economia: eles simplesmente perderam sua força. A Europa que o diga. A política monetária possui hoje pouca efetividade na execução de suas funções. Para muitos analistas esses países vivem uma situação definida como armadilha da liquidez, por menor que os juros estejam não há reação na economia. Porque estamos nessa situação? O principal motivo é que não há, no mercado, tomador de empréstimos.

Na verdade, o temor da evolução futura da economia leva os agentes econômicos, consumidores e investidores, a reduzirem seus gastos, independente do patamar dos juros. Isso implica em menor demanda agregada e, consequentemente, em menor crescimento. As instituições financeiras também não se interessam em emprestar, mesmo com taxas baixas, pois temem que uma economia em crise aumente o risco de inadimplência, afetando ainda mais a sua liquidez.

Como resultado, o dinheiro empoeira nos bancos. Com excesso de caixa, os recursos acabam se transformando em reservas bancárias depositadas no Banco Central. Este, na tentativa de estimular o crédito, reduz as taxas que remuneram as reservas depositadas. Uma taxa negativa de 1,00% de remuneração das reservas bancárias implica que a cada 100 depositados se transformem em 99,00 ao final do prazo de um ano.

O dinheiro empoeira e a fraqueza da economia produzem outro fenômeno: a queda

nos preços dos produtos. Esse fenômeno, conhecido como deflação, cria um ambiente ainda mais desafiador para os gestores de política monetária. Quando os preços caem, a variação nominal da renda passa a ser menor que a variação real, distorcendo os movimentos das diversas variáveis econômicas.

Por exemplo: se o crescimento real do PIB é zero, mas houver deflação, a renda per-capita cresce. Esse é o caso do Japão, país que vive há mais tempo o drama da armadilha da liquidez. A deflação produz também um desejo dos consumidores de adiar seu consumo, pois os produtos terão amanhã preços menores do que hoje, contribuindo para que a economia permaneça sem força para a expansão.

Os juros negativos têm ainda outras consequências importantes. Eles impactam a rentabilidade do sistema bancário, já que parcelas significativas dos recursos permanecem depositadas a taxas negativas no Banco Central. Na zona do euro as reservas depositadas no Banco Central Europeu e remuneradas a menos 0,40% ao ano são de quase 2 trilhões de euros e segundo analistas geram prejuízo de mais de 5 bilhões de euros anuais ao sistema bancário.

A relação de países praticantes de juros negativos é grande e inclui a Suíça, onde a taxa de remuneração dos depósitos efetuados em seu Banco Central é de menos 1,25% ao ano, há, no entanto, uma faixa de isenção para que o sistema não penalize os bancos menores. Inclui também a Suécia, cuja taxa é de menos 1,00% ao ano, a Dinamarca, com menos 0,65% ao ano e o Japão, com menos 0,10%.

A receita para sair da armadilha de liquidez não é trivial. Se fosse, o mundo já estaria hoje em outra situação. O exemplo do Japão mostra que esse fenômeno pode durar décadas, o que não é nem um pouco animador. Esperamos que ao menos o FED consiga escapar desse beco sem saída, já que sua política monetária é a que está mais avançada no processo de normalização pós-crise hipotecária.

(*) - É CEO-Founder da Sparks Capital.

Mudança em Medida Provisória ‘restringe trabalho’ da Receita

O secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, disse que uma emenda à MP da reforma administrativa na Câmara vai limitar o trabalho dos auditores fiscais

Os deputados incluíram restrição às investigações comandadas pela Receita e uma limitação ao compartilhamento de informações bancárias e fiscais com órgãos como o Ministério Público, medida criticada por técnicos da Receita que dizem que o objetivo dela seria frear ações de combate a crimes, como a Operação Lava Jato, que utilizam dados do Fisco.

“É incrível uma lei proibir um auditor fiscal de comunicar ao Ministério Público a suspeita de um crime, conexo ou não a um crime tributário investigado. Isso é uma obrigação de qualquer cidadão. Uma mordada está sendo colocada na Receita



Secretário especial da Receita, Marcos Cintra.

pela nova redação da MP 870. Só posso acreditar que a nova versão tenha sido um erro de redação no tocante à mordada

dos auditores fiscais”, disse Cintra, no Twitter.

Pelo relatório aprovado na quinta-feira (9), a competência

dos auditores da Receita ficará restrita à esfera criminal, à investigação de crimes tributários ou relacionados ao controle aduaneiro. O texto estabelece que, fora crimes tributários, ou aduaneiros, o auditor precisará de uma ordem judicial para compartilhar qualquer informação de indício de crime com órgãos ou autoridades.

A votação foi apenas a primeira etapa da MP que trata da reforma administrativa. As mudanças aprovadas ainda precisam passar pelo plenário da Câmara e depois pelo do Senado. Para não expirar, o texto de conversão da medida provisória precisa ser ter a votação concluída nas duas Casas até o dia 3 de junho (ABR).

Maus tratos e abandono de animais

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara aprovou o projeto que cria o serviço de Disque Denúncia de Maus Tratos e Abandono de Animais. A linha servirá para receber denúncias referentes à violência ou crueldade praticada contra animais. O denunciante terá a identidade em sigilo, caso queira.

A proposta, do deputado Fred Costa (Patri-MG), recebeu parecer pela aprovação do relator na comissão, deputado Célio Studart (PV-CE). Pelo texto, o governo federal poderá celebrar convênios com os estados para política conjunta para apurar denúncias e encaminhar para órgãos fiscalizadores. O Executivo divulgará número de contato da população com o Ministério do Meio Ambiente.

“O Disque Denúncia Animal é uma ferramenta louável que poderá salvar vidas dos animais, resgatando-os e proporcionando a eles tratamento adequado”, afirmou. Studart lembrou que serviço semelhante já existe em alguns estados, como São Paulo. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada agora pelas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Deputado venezuelano se refugia em embaixada da Itália

Um deputado opositor venezuelano, Americo de Grazia, pediu ajuda para a embaixada da Itália em Caracas. O político solicitou “hospitalidade” para ficar na sede diplomática, após perder sua imunidade parlamentar. “Não daria a satisfação à ‘narcotitadura’ de me exibir como troféu e me utilizar como refém, fazendo-me renunciar a condenar seus crimes de lesa-humanidade, violações de direitos humanos, corrupção, narcotráfico e terrorismo”, disse De Grazia, que é aliado do autoproclamado presidente Juan Guaidó.

Trata-se do segundo membro da Assembleia Nacional Constituinte (o Parlamento venezuelano) a procurar as autoridades italianas para pedir proteção, após a deputada Mariela Magallanes, casada com um cidadão italiano. Porém, já chega a quatro o número de opositores que pediram hospitalidade em embaixadas estrangeiras na capital da Venezuela. O pri-



Chega a 4 o número de políticos que buscaram ajuda exterior.

meiro foi Leopoldo López, em 30 de abril, que procurou a sede diplomática da Espanha, com toda sua família, logo após sair de uma prisão domiciliar. Em seguida, o deputado Richard Blanco procurou a embaixada da Argentina em busca de proteção.

De Grazia, Magallanes e Blanco são três dos 10 deputados da Assembleia Nacional que tiveram a imunidade revogada nesta semana pelo regime de

Maduro, que os acusa de “traição à pátria”. O vice-presidente da Assembleia, Edgar Zambrano, foi detido pelo governo chavista, elevando a tensão no país. Os outros seis deputados que estão na mira da Justiça venezuelana por terem apoiado o movimento de Guaidó são: Luis Florido, Henry Ramos Allup, Simón Calzadilla, Freddy Superlano, Sergio Vergara e Juan Andrés Mejía (ANSA).

Projeto prevê reaproveitamento de rejeitos de barragens

Na terça-feira (14), a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado deverá analisar o projeto que prevê o reaproveitamento e a redução de rejeitos produzidos em barragens de mineração. Com apenas dois artigos, o projeto altera a lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, como forma de harmonizá-la à Política Nacional de Resíduos Sólidos, que dispõe, entre seus objetivos, a “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

O relator do projeto é o senador Carlos Viana (PSD-MG), favorável à aprovação do texto com emenda de sua autoria, que inclui as barragens industriais no escopo do projeto. A matéria, de autoria da senadora Rose de Freitas (Pode-ES), ainda será analisada pela Comissão de Meio Ambiente. Na justificativa do projeto, Rose defende a redução da geração



Senador Carlos Viana é o relator do projeto.

e o reaproveitamento de rejeitos de mineração, e cita como exemplo do perigo representado pelas barragens as recentes tragédias ocorridas em Mariana e Brumadinho.

Carlos Viana, por sua vez, estima que foram geradas cerca de cinco bilhões de toneladas de rejeitos de mineração somente no período entre 2000 e 2014. Em relação a tragédias provocadas por barragens industriais,

o relator cita acidente ocorrido em Cataguases, em 2003. Na ocasião, o rompimento da barragem da Indústria Cataguases de Papel despejou 1,4 bilhão de litros de lixívia no Rio Pomba, fazendo com que 600 mil pessoas, em três estados, ficassem sem água. Também chamada de “licor negro”, a lixívia é um resíduo altamente poluidor resultante da fabricação de celulose, explica o relator (Ag.Senado).

Irregularidades no trânsito ‘afetam’ economia do país

O senador Styvenson Valentim (Pode-RN) falou na sexta-feira (9) sobre a campanha “Maio Amarelo”, que tem como objetivo poupar, por meio de ações públicas nacionais, regionais e em nível mundial, 5 milhões de vidas até 2020. Segundo o parlamentar, conscientizar a sociedade é um dos maiores desafios. Styvenson ressaltou também, que é preciso mudanças nas ações públicas, para evitar a invalidez da população, causada por acidentes no trânsito.

Para ele, o problema afeta a economia do País. Explicou que no ano de 2017, os acidentes de trânsito causaram 35 mil internações, que cus-

taram R\$48 milhões só na capital do país. Ele lembrou também que só em 2016, os acidentes de trânsito foram responsáveis por 37.890 internações.

“É um absurdo a gente sobrecarregar o sistema, previdenciário, o sistema do SUS, o sistema de seguridade social, com irresponsabilidades no trânsito. Teríamos que alterar por completo a nossa atuação em termos de ações públicas. Então, vejo como uma variável que, se não for corrigida, se não for mudada, logo, logo vamos ter uma população inválida, completamente, só pelo trânsito”, destacou (Ag.Senado).

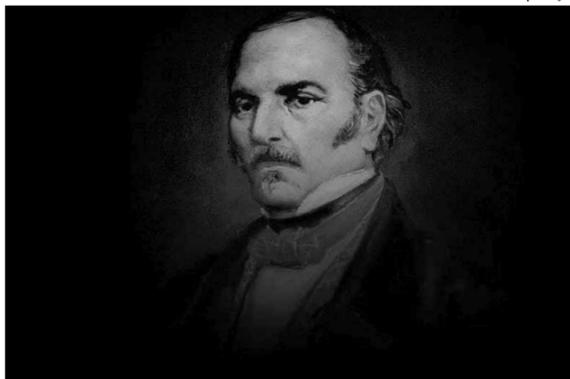
Sistema financeiro ‘é responsável’ pela crise econômica

O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) disse na sexta-feira (10), que discorda da afirmação de que a crise econômica do Brasil se deve à ganância pública, ao gigantismo estatal ou à ineficiência da gestão. Para ele, a causa da ameaça às contas da União é o sistema financeiro mantido pela economia nacional. Entre os causadores do endividamento público, o senador citou a prática de juros elevados adotada há anos.

“No reinado do príncipe dos sociólogos, Fernando Henrique Cardoso, o Tesouro Nacional chegou a pagar juros de 40% ao mês para os rentistas. Incorporou-se na ideologia dominante o mantra do ajuste fiscal, transformado em disfarce mal-ajambrado para denominar a transferência de recursos do Tesouro para os rentistas. Assim, instituiu-se a vaca sagrada que está matando a economia brasileira, denominada dívida pública. Essa perversão retirou dos cofres públicos, nos últimos 25 anos, algo que se aproxima de R\$ 3 trilhões”, disse.

Kajuru ainda informou que a rolagem da dívida pública, combinada com a política de juros altos e a renúncia fiscal concedida a vários setores, engoliriam anualmente mais da metade do Orçamento da União, prejudicando o investimento em áreas fundamentais como saúde, educação, seguridade social e infraestrutura. Como contribuição para o equilíbrio das contas públicas, Kajuru disse que vai apresentar um projeto de lei para propor uma revisão na tabela do Imposto de Renda (Ag.Senado).

Sessão em homenagem a Allan Kardec no Senado



O educador Hippolyte Léon Denizard Rivail que adotou o pseudônimo Allan Kardec.

Os 150 anos de morte de Allan Kardec, propagador da doutrina do espiritismo, serão lembrados em sessão especial do Senado agendada para esta segunda-feira (13). Foram convidados para a homenagem o jornalista André Trigueiro; os palestrantes espíritas Jack Darsa, Haroldo Dutra e Nazareno Feitosa; e o ex-deputado Luiz Carlos Bassuma.

O autor do requerimento da sessão especial, senador Eduardo Girão (Pode-CE), chamou a

atenção para a importância do escritor e educador Hippolyte Léon Denizard Rivail, que adotou o pseudônimo Allan Kardec em seu trabalho de codificação da doutrina espírita. Em vários livros, principalmente O Livro dos Espíritos e O Evangelho Segundo o Espiritismo, “revelou conceitos novos e mais aprofundados a respeito de Deus, do universo, dos homens, dos espíritos e das leis que regem a vida”, segundo Girão (Ag. Senado).